

ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.

CNPJ 01.672.223/0001-68

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **1. PERFIL:** A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. é uma geradora hidrelétrica situada na Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, distante 240 km de Goiânia. Criada na década de 1950 e constituída com sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pelo Grupo Endesa España, e posteriormente, passou a ser controlada pelo Grupo Enel, que possui 99,61% de seu capital total. Através da Portaria N° 2.302/SPT/ENEL, de 27 de junho de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar e exportar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao MCP - Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME n° 60/2022, em montantes estabelecidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do Sistema Interligado Nacional. A exportação comercial de energia elétrica a partir do Brasil, nos termos da Portaria MME n° 49/2022, se dá a partir de excedentes energéticos que não seriam aproveitados pelo Brasil, portanto, aumentam a demanda nacional e não afetam a segurança energética, sendo a autorização válida até 2026. Com 658 MW de capacidade instalada, subdivididos em 10 unidades geradoras, possui 375 MW de energia assegurada. Em 2025, a usina gerou 2.361 GWh (2.712 GWh em 2024), de acordo com despacho do ONS. A usina Cachoeira Dourada conta com 6,5 km de linhas de transmissão, sendo 2,8 km de média tensão e 3,5 km de alta tensão. **2. CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO - Histórico da reputação do risco hidrológico e extensão das outorgas:** A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas limitações na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho técnico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciais ao risco hidrológico. Dessa forma, as limitares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões. Após a publicação da Lei n° 14.052, de 8 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa n° 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, grande parte dos agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo. Em junho/2022, Cachoeira Dourada assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n° 011/1997, postergando o final da concessão para 02/11/2029. **REN 899/2020 - Alocação de energia no MRE:** Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa ("REN" n° 839) que altera a REN n° 384 com as definições de alocação de energia do MRE ("Mecanismo de Realocação de Energia") para os próximos anos. A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuará existindo dois tipos de alocação: uma para dentro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física. No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa n° 838, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE. **Revisão de Garantia Física:** Em 2022 houve um processo de Revisão Ordinária de Garantia Física com vigência a partir de Jan/23 onde Cachoeira Dourada sofreu uma redução de 5%. Com isso, sua Garantia Física foi definida em 374,6 MW de 2023 até 2027. **Extensão de Outorga:** A Resolução Autrativiza n° 16.467, de 16 de setembro de 2025, estabeleceu a extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos, participantes do MRE, em atendimento ao art. 3º da Resolução Normativa n° 1.035/2022, que estabelece que as UHEs do MRE serão compensados pelos efeitos causados pela usina hidrelétrica de Belo Monte decorrentes de restrições ao escoamento de energia em função do atraso na entrada em operação comercial das instalações de transmissão destinadas ao escoamento da geração da usina. Assim, a UHE Cachoeira Dourada teve sua outorga estendida em 2 dias, com sua nova vigência até dia 04/11/2029.

3. PRINCIPAIS INDICADORES: Indicadores Operacionais

	2025	2024	Varição	Var. %
Capacidade instalada (MW)	658	658	-	-
Energia assegurada (Garantia Física) (MW)	375	375	0,4	0,1%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	2.361	2.676	(315)	-11,8%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	4.069	4.703	(634)	-13,5%
Investimento Total (R\$ Mil)	19.630	12.545	7.085	56,5%

	2025	2024	Varição	Var. %
Capacidade instalada (MW)	658	658	-	-
Energia assegurada (Garantia Física) (MW)	375	375	0,4	

ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.

homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia. (a) **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos. O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas. A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo às boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio. Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes. (b) **Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: (b.1) **Risco de crédito:** Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	162.476	151.835
Títulos e valores mobiliários		48	6.266
Contas a receber de clientes	4	73.621	73.484
Depósitos vinculados	12	3.883	1.345
Instrumentos financeiros derivativos		16	2.392
Total		240.044	235.922

(b.2) **Gerenciamento de capital:** A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira. De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Instrumentos financeiros derivativos	20	16	2.392
Dívida		16	2.392
Caixa e equivalentes de caixa	3	(162.476)	(151.835)
Títulos e valores mobiliários		(48)	(6.266)
Dívida líquida (a)		(162.508)	(155.709)
Patrimônio líquido (b)	13	513.491	505.313
Índice de endividamento líquido (a)/(a+b)		-46,30%	-44,54%

(b.3) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. Considerando os planos de

negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. (b.4) **Riscos de mercado:** **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam. **Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras. A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); Proteção dinâmica: quando não

As Acionistas e Diretores da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. - Cachoeira Dourada – 6D.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas. **20.4 Risco hidrológico:** De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia. **21. Compromissos:** O montante de compromissos relacionados a contratos de compra de energia até o ano de 2026 é de R\$ 39.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Bruno Riga	Diretor Presidente
Francesco Tutoli	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Jayme Barg	Diretor de Usina
Alain Rosolino	Diretor de Recursos Humanos e Organização
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Conselho de Administração	Membros
Presidente	Bruno Riga
Conselheira	Michelle Rodrigues Nogueira
Relações com Investidores: Fábio Romanin	
Contadora Responsável: Camila Silva de Mello - CRC 1RS08357/0-5	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/0-2-F-RJ
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/0-1

www.enel.com.br

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 05 Março 2026, 17:25:12



Documento: ENEL_GREEN_P_CACHOEIRA_DIGITAL 06-03.Pdf

Número: 7ce236ba-ab25-4268-9222-5069a24b92c4

Data da criação: 05 Março 2026, 17:24:57

Hash do documento original (SHA256): b0909753fc32fe6f492ca88d7055dda74474ff9c656ec54f165da66ab768f064



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 7ce236ba-ab25-4268-9222-5069a24b92c4, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 7ce236ba-ab25-4268-9222-5069a24b92c4. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 05 Março 2026, 17:25:12

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 7ce236ba-ab25-4268-9222-5069a24b92c4, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br